

Acordo já

- 6 MAI 1987
JORNAL DO BRASIL



Nem o presidente José Sarney, nem a Constituinte, nem o PMDB terão daqui para diante um segundo de sossego enquanto não for fixada a data para a realização das eleições presidenciais diretas. Esta é uma evidência que salta aos olhos e reclama o concurso da competência e ousadia para ser enfrentada e resolvida, quanto mais depressa melhor.

Por ora, a campanha que está renascendo das cinzas da decepção ainda se comporta com a moderação de todo o recomeço e travada por hesitações, dúvidas e contradições. Curiosa e significativamente, sequer aterrissou numa data. Oscila, tateando, entre a pressa do jovem governador de Alagoas, Fernando Color de Mello — que dá a impressão de que se está atirando com muita sede ao pote da promoção —, e o bom senso dos que fazem as suas contas conferindo o calendário e reconhecem que, antes de 15 de novembro do ano que vem, é uma insensatez cogitar-se de uma eleição nacional, atropelando a Constituinte e todo um laborioso processo de transição, que vem dando certo, sabe-se lá com tantos percalços e desvios.

A fórmula está em aberto, amadurecendo para ser colhida. No instante a campanha se aquece mas, ainda morna, frouxa, nos ensaios preliminares, espraiando-se para a ocupação das ruas e praças.

Um acordo político, respeitando os quatro anos de mandato do presidente Sarney — e, portanto, nos exatos termos do seu expresso desejo — agora, pode ser alinhavado sem maiores resistências, consumando-se pelas muitas alternativas sugeridas, como de um simples protocolo superpartidário.

Muito mais do que isto não dá para antecipar. Toliche querer botar o carro adiante dos bois e pressionar a Constituinte para que aprove, a toque de caixa, como se o mundo estivesse acabando, dispositivo oficializando uma data. Bobagem inútil. Primeiro, porque, antes de mais nada, a Assembléia terá que decidir, depois de muito debate e articulações, se vamos teimar no presidencialismo das mil e uma crises ou se iremos testar uma adaptação do parlamentarismo, a ser montada com a nossa vocação para o jeitinho malandro.

Mas, o argumento definitivo é que não se pode estabelecer uma data-limite para a promulgação da Constituinte. Até o fim do ano, é uma esperança, nunca uma certeza. Afinal, experimentamos, com o gosto de estrear novidades, a elaboração da Constituição partindo do zero, sem um anteprojeto que sirva de roteiro e guia. Ainda não se tem uma noção, ainda que fluida e sumária, do que está sendo recortado, como as peças de um quebra-cabeça, pelas 24 subcomissões. E muitas

etapas terão que ser percorridas até a batalha final da aprovação do texto pelo plenário.

Ora, eleição, campanha, antes da nova Constituição, seria uma maluqueira que a mais sófrega das ambições não ousaria propor. Depois da Constituição promulgada, teremos que encaixar um prazo razoável para a reforma partidária, da legislação eleitoral, a varredura de todo o lixo autoritário. E mais os espaços generosos e prudentes para as escolhas partidárias dos candidatos e a campanha.

A esta altura, um compromisso dos partidos teria o sentido de uma declaração de intenções. Dependurada na viabilidade. Data certa, para valer, só com a vigência da futura Constituição. E não é por outra razão que este é um debate para o final dos trabalhos constituintes, um artigo para as Disposições Transitórias.

O roteiro político necessita ajustar-se à realidade, curvar-se às imposições do momento.

A campanha pelas eleições diretas no menor prazo começou e não pára mais. Nada poderá detê-la, a não ser a solução. Convém, portanto, aviar a saída, jogando com o tempo e não contra ele. Quanto mais cedo o alinhavo da solução, melhor. Se a mobilização crescer, reunir multidões, a radicalização será inevitável.

Não temos muito tempo para desperdiçá-lo. Por ora, as condições para um entendimento político razoável, adulto podem ser aprofundadas com um mínimo de boa vontade. Basta que se apresente a liderança para conduzir as articulações.

O reconhecimento realístico de uma situação de fato, que não tem volta, acolchoaria a acomodação das resistências.

Sobram razões ao presidente Sarney para queixar-se das ingratidões do PMDB e também do PFL. Quaisquer que sejam os muitos erros cometidos nas desventuras do cruzado, os tempos de milagre foram faturados eleitoralmente pela legenda do dr Ulysses. E com o PFL lambuzando-se nas sobras e mordomias.

Menos de quatro anos de mandato pode não ser um golpe mas será uma indelicadeza, uma violência, uma agressão, um desaforo.

O instante para selar o acordo em torno dos quatro anos é agora, já. Amanhã poderá ser tarde.

E, vamos e venhamos. Com a concordância de Sarney, afirmada na solenidade de mensagem ao Congresso, as demais resistências não podem ser levadas a sério. São astúcias de candidatos, manhas de pretendentes, paúras de fantasmas. Ou, o que é ainda pior, miopia, cegueira, burrice.

A transição é dinâmica, tende a acelerar o seu passo, a abreviar etapas. E o seu fecho sabido só pode ser a eleição presidencial direta. Ficar contra a definição da data nas circunstâncias sabidas é querer deter a enxurrada que encrespa com a barragem de areia dos interesses. Não adianta: a água leva.